

09.06.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: José Maurício Brás

Recebido por: Deputados Maria Augusta de Santos (PS) e Amadeu Soares de Albergaria (PSD)

Assunto: Petições n.ºs 88 e 101/XIII (1.ª), solicitando, respetivamente, que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, seja alterado de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração e a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), que presidiu à reunião, deu a palavra a Maurício Brás, que se encontrava acompanhado por Jaime Martins, para fazer a sua intervenção inicial sobre as duas petições, com matérias interligadas, indicando-lhe de seguida a grelha de tempos da audiência.

José Maurício Brás começou por agradecer a oportunidade concedida para expor a sua situação, sendo que toda a sua intervenção pode ser consultada na [página da Comissão](#).

O Senhor Deputado Amadeu Soares de Albergaria (PSD) disse que a documentação entregue pelo peticionário e o relatório final que oportunamente iria ser feito pela Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) seriam distribuídos por todos os Grupos Parlamentares para que oportunamente se pudessem debruçar com maior profundidade sobre a matéria e adotar as diligências pertinentes.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) reiterou que a matéria das duas petições se encontra interligada e que as respostas dadas pelas várias entidades que foram



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

questionadas sobre a matéria, designadamente a Universidade do Algarve, evidenciam uma coincidência de opiniões relativamente à questão em apreço.

De seguida, o Senhor Jaime Martins fez a apresentação da petição n.º 117XIII (1.ª), cujos traços gerais podem ser consultados na [página da Comissão](#), mais concretamente na intervenção produzida pelo peticionário.

No final da audiência a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) informou o peticionário que da audiência seria elaborada uma ata e também um relatório final das duas petições, que seria depois apreciado e votado em reunião ordinária da Comissão.

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2016

A assessora,
Maria Mesquitela